



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201987200302	Distribuição: 17/05/2019
Número Único: 0000269-65.2019.8.25.0078	Competência: Santa Luzia
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: ELIZANGELA DOS SANTOS
Endereço: POVOADO FEIRINHA
Complemento: ZONA RURAL
Bairro: ZONA RURAL
Cidade: SANTA LUZIA DO ITANHY - Estado: SE - CEP: 49230000
Advogado: THAYLA JAMILLE PAES VILA 1193/A/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA DA ASSEMBLEIA
Complemento: 26 ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20011904



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201987200302

DATA:

17/05/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201987200302, referente ao protocolo nº 20190517184805112, do dia 17/05/2019, às 18h48min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA DO ITANHI-SE

ELIZANGELA DOS SANTOS, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF sob n. 023.870.785-78, portadora do RG n. 3.158.818-2 SSP/SE, residente e domiciliada no Povoado Feirinha, n. 05, Zona Rural, Santa Luzia do Itanhy/SE – CEP 49.230-000, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados que esta subscrevem (procuração anexa), ajuizar a presente.

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, 100, 16º andar, Ed. City Tower, Centro, CEP: 20011-000, Rio de Janeiro, RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos que ora passa a expor:

I – DOS FATOS

A Parte Autora sofreu acidente de trânsito entre moto x animal, ocorre que a condutora foi tentar desviar de um animal na estrada, e perdeu o controle da moto, assim veio a cair, conforme Boletim de Ocorrência n. 7019, fato ocorrido em 19/04/2015 às 15h00min juntamente com o Prontuário Médico, a mesma foi então encaminhada para o Hospital Regional de Estância, diante da gravidade das lesões, sendo constatado no momento oportuno **“Fratura da extremidade proximal da tíbia – S82.1, fratura do planalto tibial esquerdo”**.

Como mostra o Prontuário Médico, a Parte Autora em 19/04/2015 foi atendida no hospital em razão do acidente de trânsito sofrido, diante disso faz jus ao recebimento da Indenização do Seguro obrigatório – DPVAT em razão das lesões e permanentes que lhe afetam. Sendo que uma análise mais detalhada é encontrada nas páginas do prontuário médico, onde se descreve em termos médicos os procedimentos.

A respeito do assunto abordado, é sempre oportuno relembrar, que o corpo humano é dividido classicamente em cabeça e pescoço, tronco e membros, nos termos abaixo:

1. **Cabeça e pescoço** - inclui tudo que está acima da abertura torácica superior.
2. **Membro superior** - inclui a mão, antebraço, braço, ombro, axila, região peitoral e região escapular.
3. **Tórax** - é a região do peito compreendida entre a abertura torácica superior e o diafragma torácico.
4. **Abdômen** - é a parte do tronco entre o tórax e a pelve.
5. **Costas** - a coluna vertebral e seus componentes, as vértebras e os discos intervertebrais.
6. **Pelve e períneo** - sendo aquele a região de transição entre tronco e membros inferiores e este a região superficial entre sínfise púbica e cóccix.

7. **Membro inferior** - geralmente é tudo que está abaixo do ligamento inguinal, incluindo a coxa, articulação do quadril, perna e pé. (grifou-se).

Posto isto, não lhe restou alternativa, senão procurar a tutela jurisdicional para ter seus direitos resguardados, haja vista que do ato negligente praticado pela Empresa Requerida, veio lhe acarretar diversos prejuízos, os quais serão considerados linhas abaixo.

II - PRELIMINARMENTE

II.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, faz-se necessário demonstrar a Legitimidade Passiva para a presente causa, tendo em vista ser uníssono o entendimento de que, qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Seguradora Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, tudo nos termos do art. 7º, da Lei n. 8.441/92, *in verbis*:

Art 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

§1º. O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, *leasing* ou qualquer outro.

Neste tocante, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica, senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

(STJ - REsp: 401418 MG 2001/0194323-0, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 23/04/2002, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10.06.2002 p. 220)

Portanto, nota-se que é entendimento pacífico na Jurisprudência pátria que, o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75, do CNSP. Analisa-se o seguinte julgado que corrobora ao entendimento:

FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Por todo explanado, é o entendimento razoável que, a Parte Autora deve ter sua problemática dirimida pela **SEGURADORA LÍDER**.

II.2 – DO INTERESSE DE AGIR

Quanto a eventual alegação por parte da Requerida, no que tange a matéria da falta de interesse de agir da Parte Autora, a Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, XXXV, abaixo:

Art. 5º. *omissis*

(...)

XXXV - A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito.

Deste modo, a Parte Autora não é obrigada a se submeter às "vaidades" administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal. Assim, suscitar a falta de INTERESSE DE AGIR, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal, tal entendimento pode-se verificar através da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. IRRELEVÂNCIA. SENTENÇA NULA. RECURSO PROVIDO. Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada prerrogativa de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário. (TJ/MS; 4ª Câmara Cível; Rel. Des. Paschoal Carmello Leandro; Apelação nº 0821049-37.2012.8.12.0001 – Campo Grande; Julgado em 10.12.2013 – grifou-se).

Importante salientar que, as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT sempre dificultam o pagamento de sua obrigação por via administrativa, solicitando vasta documentação, o que por sua vez prorroga ao máximo o pagamento da indenização devida. Não obstante, quando ocorre o pagamento, não cumprem a legislação vigente em razão da mora. Logo, não está obrigado a Parte Autora a receber valor inferior ao Legal ou de modo exclusivo ao administrativo, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

III – MÉRITO

A previsão legal do pedido encontra-se na Lei 6.194/74, que "*dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*", com a última alteração da lei 11.945/09. Vejamos o que anota tal Diploma Legal:

Art. 3. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste

artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§2º. Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§3º. As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Nota-se, da tabela/anexo I, constante da Lei sob nº 6.194/74, devidamente modificada pela Lei 11.487/07, que a gravidade da lesão sofrida pela parte Autora, faz jus ao pagamento de indenização na proporção de 70% (setenta por cento) do teto da remuneração paga pelo Seguro DPVAT, ou seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**. Isto porque se enquadra no seguinte quesito: Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos, conforme explicitado abaixo:

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70

Como se vê nos termos exegéticos, indubitável é a aplicação do percentual acima mencionado, afinal a lesão ocorreu em um membro importante para o cotidiano da vítima, portanto, sem sombra de dúvidas, enquadra-se no quesito “membros inferiores” da Lei.

De outro viés, as consequências pós-operatórias em fraturas deste tipo são de fato prejudiciais ao pleno desenvolvimento funcional, afinal quando se está a falar de uma lesão de tal magnitude, inevitavelmente menciona-se o comprometimento de todo e qualquer movimento, ou de membros que exigem o pleno desenvolvimento deste.

Neste ínterim, evidenciado o dano sofrido no evento, incontestável que a Parte Autora faz jus ao enquadramento com o percentual previsto na tabela constante da Lei nº 6.194/74, de 70% (setenta por cento), almejando este Autor **somente a justa indenização**.

IV - DO VALOR INDENIZATÓRIO DO SEGURO DPVAT

Nesta corrente, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Autora, cabe a ele a fixação do seguro DPVAT em 70% (setenta por cento) do máximo previsto, conforme laudo médico em anexo, o que será confirmado pela perícia a ser realizada posteriormente.

Acerca do assunto já se posicionou este egrégio Tribunal de Justiça:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - QUANTUM INDENIZÁVEL - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.945/09 - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM - DISTINÇÃO ENTRE INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL -

RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A redação do art. 3º da Lei 6.194/74, recentemente alterado pela Lei 11.945/09, é aplicável aos fatos ocorridos após sua entrada em vigor, ou seja, 15 de dezembro de 2008. Como, no presente caso, o sinistro data de 18.01.2009, deve ser levado em consideração o grau de comprometimento do membro, sentido ou função, quando do arbitramento do quantum da indenização. Recurso conhecido, porém improvido. Decisão mantida. (TJMS - Apelação Cível - Sumário - N. 2010.014828-4/0000-00 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. João Maria Lós - 1ª Turma Cível - Julgamento 21.09.2010). (grifou-se).

Ao dispor sobre os requisitos necessários ao recebimento da indenização do seguro obrigatório, a Lei n. 6.194/74, em seu artigo 5º, expressamente condiciona a procedência do pedido à simples prova do acidente e do dano decorrente, *in verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifou-se)

De fato, não resta dúvida que a Parte Autora sofreu acidente automobilístico na data relacionada no B.O, já citado, a mesma que se encontra no prontuário médico emitido pela Unidade de Saúde.

Acerca do tema, a jurisprudência é dominante, no seguinte sentido:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/2008 CONVERTIDA NA LEI N. 11.945/2009. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO FIXADA NA TABELA ANEXA À REFERIDA LEI. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. As indenizações por invalidez permanente decorrentes de acidente automobilístico ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008, posteriormente convertida na Lei n. 11.945/2009, devem ser

pagas de acordo com a tabela contida na referida Lei de regência. No que tange à correção monetária, não obstante tenha me posicionado em outras oportunidades no sentido de que sua incidência, nesses casos, deveria se dar a partir da data do sinistro, entendo que o critério mais adequado é aquele que prevê considerar a atualização do montante de R\$ 9.450,00 de modo a fazê-lo retroagir à data de vigência da Medida Provisória n. 340/2006, sob pena de tornar inócuo o objetivo da legislação que regulamenta a questão, a qual possui nítido caráter. Contudo, não tendo havido recurso da parte autora nesse sentido, deve ser mantida a data da incidência da correção consoante consta na decisão recorrida.

(TJMS - Apelação Cível - Ordinário - N. 2012.019797-7 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. SÉRGIO FERNANDES MARTINS - 1ª Câmara Cível - Julgamento 17.07.2012).
(grifou-se).

Desse modo, nos termos da Lei nº 6.194/74, cabe à parte Autora o pagamento de indenização de 70% (setenta por cento), valor máximo do seguro DPVAT, qual seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, o que se confirma pela simples análise detida dos documentos acostados, o que será confirmado pela perícia a ser realizada.

Desta forma, o não pagamento do valor devido ao Requerente, proporcional à extensão de danos sofridos por este último, encontra óbice no entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Súmula 474: “*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez*”.

De mais a mais, resta visível que não foi paga a quantia devida pela requerente, não se retrata na atual situação daquele, uma vez que teria direito ao recebimento da quantia de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, haja vista a dor e graves ferimentos experimentados.

V - DA PERÍCIA

A medida cabível para a atual situação da Parte Autora é a verificação das lesões suportadas pela mesma, através da realização de um laudo médico/perícia, que apure a

real situação do segurado.

Desta forma, se faz necessário o levantamento de dados, apuração do grau de invalidez do mal experimentado pela Parte Requerente, o que se dará por intermédio de uma perícia médica específica.

No caso em tela se faz imperioso, num primeiro momento, apontar a real situação do vitimado e a gravidade das lesões sofridas, para posterior caracterização do valor pertinente ao enquadramento da indenização.

Assim, de forma a demonstrar o grau de invalidez acometida pela Parte Autora, deve ser realizado exame médico pericial, o qual apontará a natureza das lesões mencionadas, para, em momento posterior, concluir sobre a classificação dos danos, segundo a tabela exposta na Lei n. 6.194/74.

VI – DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

No presente caso verifica-se que o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres é um serviço posto à disposição do consumidor pela seguradora. Assim, a relação jurídica entre o segurado e a seguradora, ora Ré, é nitidamente uma relação de consumo protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

O CDC é nítido ao dispor que fornecedor é toda pessoa, pública ou privada, que disponibilize produtos ou forneça serviços, inclusive de natureza securitária, equiparando-se aos consumidores todas as vítimas do evento, tais como o beneficiário do seguro obrigatório (DPVAT), vitimado em acidente causado por veículo automotor.

Acerca do tema, a jurisprudência tem entendido no seguinte sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COMPLÇÃO DE SEGURO

OBRIGATÓRIO (DPVAT). - CDC. APLICABILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. - PERÍCIA. REQUERIMENTO DO AUTOR. HONORÁRIA. INTERLOCUTÓRIO COM DETERMINAÇÃO PARA A SEGURADORA PAGAR A PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, DO CPC. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ART. 3º, V, DA LEI N. 1.060/50. RECOLHIMENTO AO FINAL. - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Embora não seja típica relação securitária, é aplicável o Diploma Consumerista aos seguros obrigatórios, notadamente porque as partes se enquadram nos conceitos de fornecedor e consumidor (arts. 2º e 3º do CDC). Possível, ademais, a inversão do ônus da prova, mormente quando ausente qualquer impugnação específica quanto ao preenchimento de seus requisitos. - "Na linha da jurisprudência da Corte, a inversão do ônus da prova, deferida nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não significa transferir para a parte ré o ônus do pagamento dos honorários do perito, embora deva arcar com as consequências de sua não-produção." (STJ. Recurso especial n. 651.632/BA, Terceira Turma. Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, j. em 27.03.2007).

(TJ-SC - AI: 522545 SC 2010.052254-5 - Blumenau, Quinta Câmara de Direito Civil; Relator: Henry Petry Junior, Data de Julgamento: 06/09/2011, grifou-se, sic).

Destaca-se que não pairam dúvidas sobre a relação consumerista entre as partes, devendo, ademais, ser concedida a inversão do ônus de prova, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, do CDC. Cite-se:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

De mais a mais, verifica-se a verossimilhança das alegações, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Requerente, demonstradas pelo prontuário médico, e Boletim de Ocorrência.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML PARA ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE. VIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA JUDICIAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CELERIDADE PROCESSUAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O seguro DPVAT está então inserido em contrato tipicamente de consumo, sujeito às normas expressas pelo CDC, que admite, como forma de facilitação da defesa dos direitos do consumidor, a inversão do ônus da prova, desde que presentes os requisitos da verossimilhança das alegações do consumidor e a comprovação de sua hipossuficiência.

2. O laudo do Instituto Médico Legal é colocado à disposição da vítima para que esta possa pleitear a indenização pela via administrativa de modo que a realização da perícia judicial não afronta o contido no artigo 5º, § 5º da Lei 6.194/74, até porque tal prova será produzida sobre o crivo da ampla defesa e do contraditório.

(TJ-PR - AI: 7323020 PR 0732302-0, 10ª Câmara Cível; Relator: Arquelaу Araujo Ribas, Data de Julgamento: 12/05/2011, grifou-se)

Dessa forma, necessário o reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, bem como o mister de ser realizada a inversão do ônus da prova.

Ademais, na hipótese de não se entender pela aplicação do CDC ao caso concreto, ainda assim deve ser realizada a inversão do ônus da prova, visto que a situação de direito material do caso em tela autoriza que o referido ônus seja tratado de forma diferenciada.

Nesse sentido, está caracterizada a vulnerabilidade técnica e a hipossuficiência da Parte Autora, diante da dificuldade de suportar os encargos para a produção da prova pericial, necessária à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito¹.

¹ MARINONI, Luis Guilherme; e ARENHART, Sérgio Cruz. Código de Processo Civil, vol 2, processo de conhecimento, 6ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2007, página 267.

VII – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Por fim, pretende a Parte Autora que lhe seja concedida os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 5º. omissis

(...)

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Bem como nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovida de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

VIII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) **Julgar procedente, em sua totalidade os pedidos formulados na presente peça processual, CONDENANDO** a empresa Ré ao pagamento da indenização do Seguro

obrigatório no valor total correspondente a **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, a ser corrigido com juros a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ e correção monetária desde a data do acidente, de acordo com as súmulas 43 e 54 do mesmo códex;

b) **Subsidiariamente, condenar** a Requerida ao pagamento em valor proporcional à gravidade da lesão apurada em exame medico pericial;

c) Caso constatado em perícia médica realizada que a parte autora permaneceu com a mesma lesão da esfera administrativa, **que seja a Requerida condenada ao pagamento dos juros e correção monetária nos termos da Súmula n. 580 c/c Súmula n. 426 ambas do STJ, uma vez que a Ré ao efetivar o pagamento administrativo não realiza a atualização dos valores a partir da data do acidente, adimplindo apenas o valor principal da tabela;**

d) **Determinar a citação da Requerida**, conforme previsto no artigo 280 NCPC, no endereço preambularmente apostado, para que apresente contestação nos moldes exigidos;

e) **Diante da nova exigência do NCPC**, como no presente caso nunca há conciliação prévia sem o resultado da perícia a ser realizada, informo desde já o desinteresse na conciliação por ser impossível;

f) **Conceder os benefícios da justiça gratuita** por assim necessitar, não podendo a parte Autora dispor de meios suficientes para demandar em juízo sem prejuízo próprio, nos moldes da Lei n. 1.060/50;

g) **Seja concedido a inversão do ônus da prova**, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e artigo 373, inciso II do NCPC;

h) **Condenar a Requerida ao pagamento das custas processuais e demais consectários legais**, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios, a serem fixados em 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85 e seguintes do Novo Código de Processo Civil,

fixados por apreciação equitativa conforme Art. 85, § 8º do CPC, ou valor correspondente a resolução 02/2015-OAB/MS caso aplicado o Art. 85, § 2º do CPC;

i) Determinar a realização de perícia médica, a ser custeada pela Requerida, acerca da natureza e extensão dos danos causados a parte Autora, devendo ser respondido pelo perito oficial os quesitos formulados que acompanham a presente inicial.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial a pericial, bem como requer que seja nomeado perito (especialista) por este D. Juízo para responder os quesitos que segue.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**.

Nestes termos, pede deferimento.

Campo Grande – MS, 17 de maio de 2019.

Arthur Andrade Francisco

OAB/MS 16.303

Rafael Coldibelli Francisco Filho

OAB/MS 15.878

Thayla Jamille Paes Vila

OAB/MS 16.317

QUESITOS PERITO:

- 1) Queira o Sr. Perito elucidar quanto aos danos físicos e materiais sofridas pela Parte Autora, se estes são provenientes do acidente ocorrido.
- 2) Apontar se houve limitação/invalidez permanente e se é possível descrever o local dos traumas, lesões, fraturas, bem como se são compatíveis com o prontuário.
- 3) Informar se as fraturas geraram perda óssea, limitação dos movimentos e perda ou diminuição de força dos membros/órgãos afetados.
- 4) Queira o Sr. Perito quantificar o grau de invalidez do periciado nas atividades rotineiras, para o lazer e demais atividades do cotidiano, tais como correr, pular, caminhar por longas distâncias, etc.
- 5) Queira o Sr. Perito esclarecer acerca da extensão do dano, especialmente se houve limitações físicas ou consequências danosas a órgãos não afetados diretamente pela lesão, mas prejudicados em razão desta.
- 6) Queira o Sr. Perito esclarecer algo que considere conveniente falar sobre a situação fática.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Nome Elizângela dos Santos,
nacionalidade Brasileira estado civil _____, profissão _____,
inscrito no CPF 022.870.785-78 e RG 3.158.810-2, residente e domiciliado na
POV FEIRINHA, n. 05,
bairro ZONA RURAL, CEP 49.230.000 na cidade de SANTA LUZIA.

OUTORGADOS: COLDIBELLI ADVOGADOS sociedade de advogados inscrita sob n. de ordem 672/2014, inscrita no CNPJ n. 22.251.902/0001-33, neste ato representada por seus sócios, "ARTHUR ANDRADE FRANCISCO, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 16.303 "e" RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO FILHO, brasileiro, divorciado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 15.878" e THAYLA JAMILLE PAES VILA, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/MS sob o n. 16.317, todos com endereço profissional na Avenida Alvorada, n. 121, CEP 79.002-520, Campo Grande (MS), Telefone: (67) 3211-9972 / 3211-9973, e, na Rua Porto Alegre, n. 259, Bairro Siqueira Campo, CEP 49.075-480, Aracaju - SE.

PODERES ESPECÍFICOS: para o foro em geral, previstos no art. 5º e parágrafos, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a OAB), inclusive quanto aos poderes especiais de que tratam o art. 105 do CPC, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, exceto receber citação, que também são outorgados, para praticar todos os atos necessários à defesa do interesse do outorgante, incluindo as cláusulas **EXTRA** e **AD JUDICIA**, para representação em juízo ou fora dele, em qualquer instância ou alçada, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reservas os poderes ora outorgados, além de requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do artigo 105 do NCPC/15 e da súmula do TST 463, bem como com poderes para negociar e transigir, nos termos do artigo 334, parágrafo 10, **ESPECIALMENTE** para propor

SANTA LUZIA - MAIO / 15 / 2019

Elizângela dos Santos

DECLARAÇÃO PARA BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

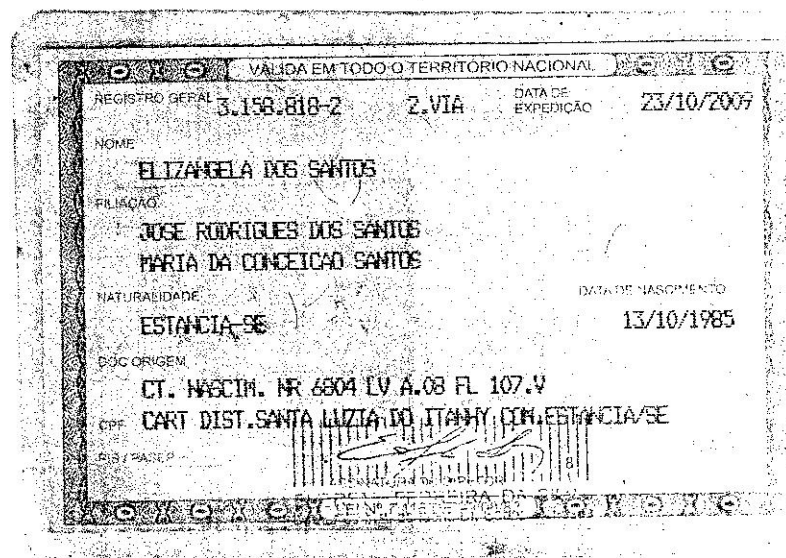
Eu, Elizângela dos Santos,
nacionalidade Brasileira, estado civil _____, profissão _____,
inscrito no CPF 023.870.785-78 e RG 3.158.810-2, residente e domiciliado a
POVOADO FEIRINHA, n. 05, bairro
ZONA RURAL, CEP 49.230-000 na cidade de SANTA LUZIA,
DECLARA, nos termos do artigo 5º, inciso, LXXIV, da Constituição Federal, c/c art. 4º da Lei
n. 1.060, de 05 de fevereiro de 1950 e artigo 98º e seguintes da Lei 13.105/2015 do NCPC; para
os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo no momento de
condições econômicas para arcar com **eventual ônus processual**, ou seja, especialmente **pagar**
as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de
sua família. Requeiro, ainda que os benefícios abranjam a todos os atos do processo.

Por ser expressão de verdade, e com base na **Lei 7.115**, de 29 de agosto de
1983, está assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima prestadas, sob as penas
da lei, assinando a presente declaração, buscando assim, os benefícios da justiça gratuita.

SANTA LUZIA - MAIO / 15 / 2019

Elizângela dos Santos

Declarante



**Companhia Sul Sergipana de Eletricidade**

Rua Capitão Salomão, nº 314 - Centro - CEP 49.200-000 - Estância / SE
 CNPJ: 13.255.658/0001-96 - Inscrição Estadual: 27.003.407-2
 www.sulgipe.com.br e-mail: sac@sulgipe.com.br

2019.4.1.312.446	B	121.817	4
Nº de Ordem	Mês de Faturamento	Vencimento	
21308764	ABR/2019	18/04/2019	
Consumo (kWh)		Total a Pagar (R\$)	
92		59,85	

2ª Via

ELIZANGELA DOS SANTOS

CNPJ/CPF: 023.870.785-78

Grupo fat.: 1

Controle: 1 - 001

Endereço da UC
 POV FEIRINHA, 5

R.G/I.E.: 3.158.818-2 SSP / SE

CFOP: 5.258

Grupo/Subgrupo: B - B1r

Ligação: Monofásica

Classe/Sub classe:

Medidor: 269534

RESIDENCIAL

TSEE criada pela Lei nº 10.438,
 de 26 de abril de 2002.

BAIXA RENDA

NIS: 20051669816

Tarifa: Convencional

PV FEIRINHA

49.230-000 Santa Luzia do Itanh / SE

Informações das Leituras**Estrutura de Consumo (kWh)****Limites adequados da tensão de atendimento no ponto de entrega**

Total de Dias De 06/03/2019
 29 Até 04/04/2019

TARIFA VIGENTE Res Aneel 2395/18 Band Patamar2, vigência 01/06/2018,
 Data de leitura (04/04/2019) e leitura atual (7.561) ajustadas para 29 dias

Anexo I - Módulo 8 PRODIST/ANEEL.

Emissão	Apresentação	Previsão para Próxima Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Constante do Medidor	Consumo no Período
04/04/2019	04/04/2019	03/05/2019	7.561	7.469	X 1,00000	= 92,00

Ligação	Tensão contratada	Min	Max
127	117	117	133

Histórico de Consumo e Pagamento**Faturamento**

Qt.	Mês/Ano	Consumo	Obs	Dt. Venc.	Dt. Pagto.	Valor (R\$)	Deb.
1	ABR/2019	92		18/04/2019		59,85	A
2	MAR/2019	95		20/03/2019	11/03/2019		
3	FEB/2019	66		15/02/2019	11/03/2019		
4	JAN/2019	85		17/01/2019	02/04/2019		
5	DEZ/2018	80		17/12/2018	01/02/2019		
6	NOV/2018	59		19/11/2018	01/02/2019		
7	OUT/2018	59		17/10/2018	19/11/2018		
8	SET/2018	62		17/09/2018	19/11/2018		
9	AGO/2018	64		14/08/2018	20/09/2018		
10	JUL/2018	67		13/07/2018	20/09/2018		
11	JUN/2018	55		15/06/2018	19/07/2018		
12	MAI/2018	69		16/05/2018	22/05/2018		
	ABR/2018	89		16/04/2018	22/05/2018		
Média 12 meses:		71					

Descrição	Quant.	VI. Unif. R\$	Total R\$
Consumo de energia			
CONSUMO	30	0,21833	6,54
CONSUMO	62	0,37430	23,20
Tributos			
ICMS			21,21
PIS PASEP			0,50
COFINS			2,33
Itens Financeiros			
JUROS E CORREÇÃO	01/2019		2,30
MULTA P/ ATRASO PAGTO	01/2019		0,98
JUROS E CORREÇÃO	02/2019		0,35
MULTA P/ ATRASO PAGTO	02/2019		0,42
Cobranças de terceiros			
CIP- Prefeitura Municipal			1,78
JUROS E CORRECAO CIP- Prefeitura Municipal	01/2019		0,04
MULTAS CIP- Prefeitura Municipal	01/2019		0,16
MULTAS CIP- Prefeitura Municipal	02/2019		0,04
Valor TUSD:.....		16,81	Valor TE:..... 12,93
Total da Fatura			59,85

Tributos	Base de Cálculo ICMS	Base de Cálculo PIS/COFINS
	R\$: 84,84	R\$: 53,78
	Aliq.: 25,00 %	Aliq. PIS: 0,94 % Aliq. COFINS: 4,32 %

Declaração Anual de Quitação de Contas de Energia Elétrica

Em cumprimento à Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009, declaramos que no ano de 2018, o titular da conta de energia desta UC apresenta as contas pagas conforme dados do seu Histórico acima. Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos do ano de 2018 e anos anteriores, se houve uso da energia pelo mesmo. Excluem-se dessa declaração valores de irregularidades eventualmente constatadas posteriormente e/ou revisão do faturamento, além de eventuais débitos que estejam sob discussão judicial.

Indicadores

Conjunto	Limite 2019						Realizado		
	Anual		Trimestral		Mensal		02/2019		
	DIC	FIC	DIC	FIC	DIC	FIC	DMIC	DIC	EUSD
EST	43,49	30,69	21,74	15,34	10,87	7,67	5,88	0,00	11,31

O consumidor tem o direito de solicitar à distribuidora a apuração dos indicadores DIC, FIC e DMIC a qualquer tempo.

O consumidor tem direito de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora, para apuração mensal, trimestral e anual.

Código para Débito Automático

121.817

Reservado ao Fisco:

917F.1877.EA65.CF09.BBA5.E30F.69FF.D4D0

Mensagens:

Benefício Tarifário: 27.65

DISCRIMINAÇÃO	VALOR - R\$	%
COMPRA DE ENERGIA	10,17	16,99
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO	2,17	3,62
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO	7,82	13,07
ENCARGOS SETORIAIS	2,20	3,66
TRIBUTOS	31,42	52,50
PERDAS	0,00	0,00
OUTROS	6,07	10,13
TOTAL	59,85	100

**NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA****Companhia Sul Sergipana de Eletricidade**

Rua Capitão Salomão, nº 314 - Centro - CEP 49.200-000 - Estância / SE
 CNPJ: 13.255.658/0001-96 - Inscrição Estadual: 27.003.407-2

Nº de Ordem

Mês de Faturamento

Nº da Nota Fiscal

Série

21308764

04/2019

2019.4.1.312.446

B

Grupo Fat.

UC

DV

Vencimento

Total a Pagar (R\$)

1

121.817

4

18/04/2019

59,85

2ª Via

Autenticação Mecânica

83870000000-1 59850090000-3 10021308764-9 01218170419-0





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE SERGIPE
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL SERGIPE
DELEGACIA VIRTUAL



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 7019 - FATO ATÍPICO

Data do registro: 06/04/2017 16:03:46

Situação: Aguardando Validação

FATO

Descrição da Natureza: Fato atípico

Endereço: povoado feirinha

Bairro: POVOADO FEIRINHA

Data: 19/04/2015 15:00

Número:

Cidade: SANTA LUZIA DO ITANHÍ

VÍTIMA

Nome: ELIZANGELA DOS SANTOS

Nome da mãe: MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS

Data de nascimento: 13/10/1985

RG: 31588182

CPF: 023.870.785-78

Nome da pai: JOSE RODRIGUES DOS SANTOS

Profissão: AGRICULTORA

Órgão emissor: SSP / SE

Naturalidade: ESTANCIA/SE

LOGRADOURO

Endereço: POV FEIRINHA

CEP: 49230-000

Número: 5

Cidade: SANTA LUZIA DO ITANHÍ/SE

Bairro: ZONA RURAL

RELATO DO FATO:

RELATA NOTIFICANTE QUE AO TRAFEGAR NO ENDEREÇO ACIMA CITADO NA GARUPA DE JOÃO GUALBERTO NUNES SANTOS CPF: 059.757.315-85 COM A MOTO HONDA/CG 150 TITAN EX PLACA QKP1779 COR BRANCA, ANO 2014/2015, CHASSI 9C2KC1660FR004073 DE PROPRIEDADE DE JOÃO GUALBERTO NUNES SANTOS CPF: 059.757.315-85, QUANDO AO TENTAR DESVIAR DE UM ANIMAL NA ESTRADA O CONDUTOR PERDEU O CONTROLE DA MOTO VINDO A CAIR COM A GARUPA, SOCORRIDOS POR TERCEIROS E LEVADA AO HOSPITAL JESSÉ FONTES, A NOTIFICANTE SOFREU FRATURA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO.

Elizangela dos Santos

Secretaria de Segurança Pública do
Estado de Sergipe
Delegacia Regional de Estância

MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE ESTANCIA

No. DO BE: 164233

DATA: 19/04/2015

HORA: 15:21

USUARIO: RRSANTOS

CNS: 160671658730008

SETOR: 01-ACOLHIMENTO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ELIZANGELA DOS SANTOS
IDADE.....: 30 ANOS NASC: 13/10/1985
ENDERECO.....: POVOADO FEIRINHA
COMPLEMENTO....: CASA BAIRRO:
MUNICIPIO.....: SANTA LUZIA DO ITANHY
NOME PAI/MAE...: JOSE RODRIGUES DOS SANTOS
RESPONSAVEL....: VIVIANE-CUNHADA
PROCEDENCIA....: SANTA LUZIA DO ITHAY
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

DOC....: 31588182

SEXO...: FEMININO

NUMERO:

UF: SE

CEP....: 49230-000

/MARIA DA CONCEICAO SANTOS

TEL....: 7999852679

TRAUMA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: *Queixa de moto
lux. ABICIDOK @ no seu joelho @.
Moz flacido, DBE.*

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: *19/04/15*

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

01. Sol Rx joelho @ (2P)

Rx perna @ (2P)

2. Progenal 1amp (1M) 16:30h

DATA DA SAIDA: / /

TA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

TERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

ANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

ITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL.

SIGNATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

HOSPITAL REGIONAL DE ESTANCIA

Fundação Hospitalar de Saúde

ne Realizado: *Pernol/Joelho*

19/04/15 Hs: 16:00

Dr. Antonio

S/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE ESTANCIA

NO. DO BE: 164233

DATA: 19/04/2015

HORA: 15:21

USUARIO: RRSANTOS

NS: 160671658730008

SETOR: 01-ACOLHIMENTO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ELIZANGELA DOS SANTOS

IDADE.....: 30 ANOS NASC: 13/10/1985

ENDERECO.....: POVOADO FEIRINHA

COMPLEMENTO...: CASA BAIRRO:

MUNICIPIO.....: SANTA LUZIA DO ITANHY

NOME PAI/MAE...: JOSE RODRIGUES DOS SANTOS

RESPONSAVEL....: VIVIANE-CUNHADA

PROCEDENCIA....: SANTA LUZIA DO ITAY

ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)

CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO

ID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

DOC....: 31588182

SEXO...: FEMININO

NUMERO:

UF: SE

CEP....: 49230-000

/MARIA DA CONCEICAO SANTOS

TEL....: 7999852679

TRAUMA: NAO

: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

PEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

S CLINICOS: queda de moto

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

ABICIDOK @ no seu punho @.

doz flacido, DB @.

FICCOES DA ENFERMAGEM:

ATENDIMENTO

CASO POLI

MOTIVACAO

HISTORICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

al RX joelho @ (2D)

Rx punho @ (2D)

Genital 1 aux (M), 16:30h

SAIDA: / /

] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

] NAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

[] EVASAO

HORA DA SAIDA:

[] DESISTENCIA

ENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL.

Assinatura do paciente/responsavel

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE

Fundação Hospitalar de Saúde

Realizado: Pernoel Joelho

19/04/15 Hs: 16:00

Dorcel Antonio

FICHA DE ADMISSAO HOSPITALAR

SISTEMA UNIFICADO DE SAUDE

ATEND: JOTALINA MARIA SILVA MENE

PRESTADOR: 0000752 HOSPITAL REGIONAL AMPARO DE MARIA

ENDERECO : RUA DR. JESSE FONTES - CENTRO - ESTANCIA-SE

CEP: 49200-000

Nº PRONTUARIO: 0116542/003

Nº AIH: 000000000000

DADOS DO PACIENTE

NOME: ELIZANGELA DOS SANTOS

CARTAO SUS: 160671658730008

DT. NASC.: 13/10/1985

IDADE: 29/6M

SEXO: F

ENDERECO: POVOADO - FEIRINHA

NUM: 3

BAIRRO:

FONE: 79-9985-2679-TIA

CIDADE: SANTA LUZIA DO ITANHY

UF: SE

CEP: 49230

CPF: CI: 31588182 SSP - SE

PROFISSAO: AUTONOMO

PAI: JOSE RODRIGUES DOS SANTOS

MAE: MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS

DADOS DO RESPONSAVEL

NOME: MARIA LENI DA SILVA SANTOS-TIA

ENDERECO: NAT. ESTANCIA-SE TEL-79-9985-2679-TIA

BAIRRO:

CIDADE: SANTA LUZIA DO I

UF: SE

CEP: 49230

FONE:

DADOS DA ADMISSAO

DATA: 7/5/2015

HORA: 14:42

CARAT. INTERNACAO: URGENCIA/EMERGENCIA

CLINICA: ORTOPEDIA

UNID./LEITO: ENF. S. CECILIA/04

CONVENIO: S.U.S.

ORIGEM: SANTA LUZIA DO ITANHY

MÉDICO ASSISTENTE: ADELINO LOPES DE CARVALHO NETO

PROCEDIMENTO:

CID:

DIAGNOSTICO DESCRITIVO

NOME RADIOLOGICO J. E. L. 2P	SOLICITANTE Adeline DATA 07/05/15 TÉCNICO NOME RADIOLOGICO
---------------------------------	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA



SUS
SISTEMA
ÚNICO
DE SAÚDE

CONAR
CONTROLADORIA, AVALIAÇÃO DE REGULAÇÃO



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº DO PRONTUÁRIO
116562

281510105065-2

Nº DO LAUDO SUPLEMENTAR

Nº DO CARTÃO SUS

16067165873

DADOS DO ATENDIMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE

UNIDADE DE ORIGEM

HOSPITAL REGIONAL AMPARO DE MARIA

CÓDIGO DA UNIDADE

CNPJ

13.258.637/0001-24

UNIDADE DE DESTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE

CNPJ

DADOS DO PACIENTE

NOME DO(A) PACIENTE

Olívia Angela dos Santos

DATA DO NASCIMENTO

13/10/1985

NOME DA MÃE

Maria da Conceição Santos

SEXO:

Masculino ☐

Feminino ☒

NATURALIDADE (CIDADE/UF)

Colônia - SE

DOC. DE IDENTIFICAÇÃO / ÓRGÃO EMISSOR

9-31588182 558/SE

ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Rua da Fênix nº 203

MUNICÍPIO ONDE RESIDE

Santa Luzia

CEP

49230

DADOS DA INTERNAÇÃO

DATA INTERNAÇÃO

HORÁRIO DA INTERNAÇÃO

Hs. Min.

CARÁTER

☐ URG. ☐ ELETIVA

TIPO

Nº DO LEITO

ENFERM.

CPF DO DIRETOR CLÍNICO

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Queixa de dor
fratura fratura de Pântalo tbr

CONDIÇÕES JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

fratura

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS

DIAGNÓSTICO INICIAL (SUSPEITA DIAGNÓSTICA)

fratura de Pântalo tbr

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

redução + fixação

CID 10 (do diagnóstico final)

S82.1

DIAGNÓSTICO FINAL (Responsabilidade do Médico que acompanha o paciente)

fratura de Pântalo tbr

DATA DA EMISSÃO DO LAUDO

CPF DO MÉDICO QUE SOLICITA O PROCEDIMENTO

0024820511

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO:

0406020551

MÉDICO QUE SOLICITA INTERNAÇÃO (ASSINATURA/CARIMBO)

CLÍNICAS

☐ 1-CIRURGIA

☐ 4-CUIDADO PROLONGADOS

☐ 2-OBSTÉTRA

☐ 5-PSIQUIÁTRIA ☐ 7-PEDIÁTRIA

☐ 3-CLÍNICA MÉDICA

☐ 6-TISIOPNEUMO ☐ 8-REABILITAÇÃO

SIS / PRÉ-NATAL

Nº DE CADASTRAMENTO DA GESTANTE

Nº DO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO

Assumo inteiramente a responsabilidade
pela veracidade das informações
e dados apostos neste laudo, sob pena
das sanções legais.

RESPONSABILIDADE DO CONAR

PROBLEMA

SIM

NÃO

SITUAÇÃO DO LAUDO

☒ APROVADO

☐ REJEITADO

☐ MUDAR O CÓDIGO DE
PROCEDIMENTO PARA

MÉDICO SUPERVISOR
(ASSINATURA / CARIMBO)

MÉDICO AUTORIZADOR
(ASSINATURA / CARIMBO)

CPF / MÉDICO AUTORIZADOR

MÉDICO COORDENADOR DO SERVIÇO
(ASSINATURA / CARIMBO)



Hospital
AMPARO DE MARIA

EVOLUÇÃO MÉDICA

Unidade Hospitalar:

Setor:

Leito:

Paciente:

Elisângela de Jesus

Idade:

Sexo:

Reg.:

DATA

08/05

Opm de

Adelino Carvalho Neto
Ortopedista
CREMESE 161

HISTÓRICO

09/05

Olum 1427/24

Adelino Carvalho Neto
Ortopedista
CREMESE 161

PREScrição Médica e Observações

LEITO:

0.4

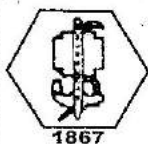
IDADE:

SEXO:

70

Elisabeth on duty

[illegible]



HOSPITAL REGIONAL
AMPARO DE MARIA

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Eli sym sola 27 anos

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: fratura distal do fêmur

CIRURGIA REALIZADA: Redução + fixação

CIRURGIÃO: Adelino

AUXILIARES: —

ANESTESIOLOGISTA: Cleomar

ANESTESIA: Bloc

DIAG. PÓS-OPERATÓRIO: OK

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

Expor de fratura fêmur

Redução

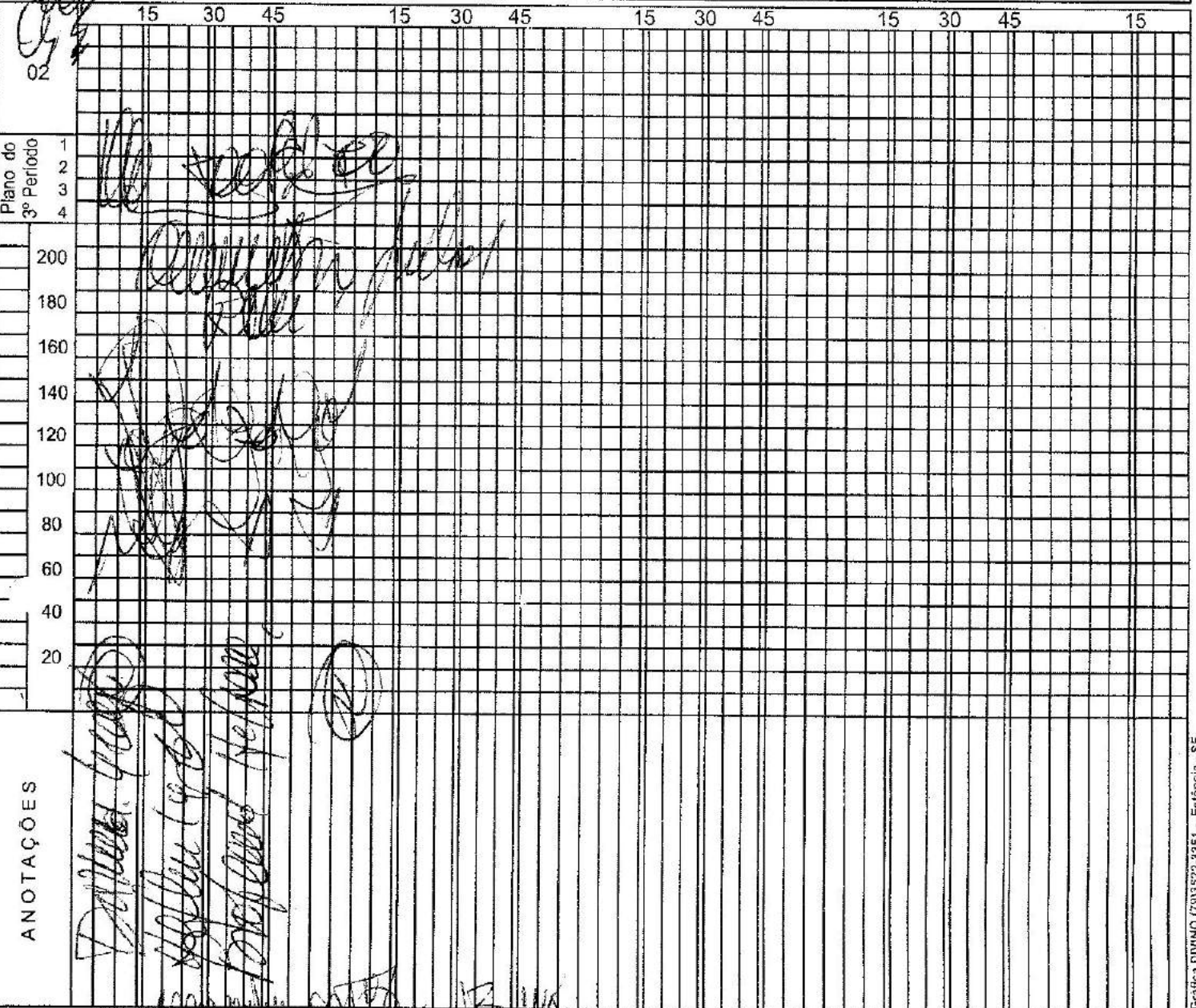
Fixação

Adelino Carvalho Neto
Ortopedista
CREMESP 161

ASSINATURA DO CIRURGIÃO

DATA

ANESTESIA <i>Região</i>		N. REGISTRO		N. INTERNAMENTO <i>241</i>	
NOME <i>Elizabeth do Santos</i>		DATA <i>08/11/15</i>			
ENF. <i>Quarto</i>	LEITO	SEXO <i>F</i>	COR	IDADE	
OPERADOR <i>Carla</i>		AUXILIARES <i>Francine Marcilene Kênia</i>			
DIAG. PREOP.					
DIAG. POSOP.					
OP. PROPOST. <i>Redução cefalica + fratura femoral</i>					
PREMEDICAÇÃO <i>Op. 100</i>		HORA	RESULTADO - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6		
INÍCIO ANEST. <i>08:15</i>		INÍCIO OD. <i>08:15</i>	ALTURA ANEST.	RISCO OPERATÓRIO <i>1 - 2 - 3</i>	
ESTADO FÍSICO - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7					



Agente Anestésico <i>[Signature]</i>		Técnico <i>[Signature]</i>		Aparelho		Indução		Posição		Local punção		Líquido retirado	
Técnica		Posição após		Posição operatório		Resultado: <i>B</i>		R		M			
Duração da operação		Duração da Anestesia		Consciência									
Codação no final da operação													
Observações													

Anestesista

PACIENTE: Elisângela dos Santos

Nº DAAIH: _____

DATA DA CIRURGIA: 08/05/15

CIRURGIÃO: Dr. Adilino

PRONTUÁRIO Nº Fratura Plavolta Tibial

CONVÊNIO: SUS

PROCEDIMENTO: 116542

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS UTILIZADOS

0087

	MATERIAL	REF.	QUANT.	MATERIAL	REF.	QUANT.
Peq. Fragmentos	Arruela p/ Parafuso 3,5			Haste Bloqueada <input type="checkbox"/> Femur <input type="checkbox"/> Tibia <input type="checkbox"/> Umero		
	Placa em T 3,5			Parafuso para Haste Bloqueada		
	Placa A/ C Estreita Peq. Fragtos 3,5			Parafuso Tampão		
	Placa 1/3 Tubular Peq. Fragtos 3,5			Haste <input type="checkbox"/> Ender <input type="checkbox"/> Mini Ten <input type="checkbox"/> Ten		
	Placa em Trevo 3,5			Fixador ()		
Grandes Fragmentos	Placa de Reconstrução 3,5			Fixador Linear (Antebraço)		
	Arruela p/ Parafuso <input checked="" type="checkbox"/> 4,5 <input type="checkbox"/> 6,5			Fixador Linear (Úmero)		
	Placa A/ C Estreita 4,5			Fixador Linear (Mão e Pé)		
	Placa A/ C Larga 4,5			Fixador Linear (Femur/Tibia)		
	Placa Ponte Larga 4,5			Fixador Linear (Fêmur)		
	Placa Semitubular 4,5			Fixador Linear (Tibia)		
	Placa Reta Maleável 4,5			Fixador Linear TP Preston (Tibia)		
	Placa Supra Condilar 4,5			Fixador Linear TP Preston (Úmero)		
	Placa em L / T 4,5 <input type="checkbox"/> Direita <input type="checkbox"/> Esquerda			Fixador Linear TP Preston (Fêmur)		
	Placa Tipo Puddu <input type="checkbox"/> Fêmur <input type="checkbox"/> Tibia			Fixador Articulado (TP Colles)		
Lo	Placa Tubo Richards <input type="checkbox"/> 95° <input type="checkbox"/> 135°			Fixador Ilizarov		
Fr	Parafuso Deslizante			Lâmina de Cartilagem		
	Parafuso de Compressão			Lâmina de Ossos		
Quadril	Prótese Thompson			Equip. Bomba Infusão		
	Parafuso p/ Acetábulo			Equip. Multivias		
	Acetábulo Bipolar			Ponteira de Radiofrequência (Ablator)		
	Acetábulo N/ Cimentado			Parafuso Transverso		
	Acetábulo Cimentado			Parafuso de Interferência		
	Inserto do Acetábulo			Agrafe		
	Cabeça Intercambiável			Âncora Femural (Endobolon)		
	Haste			Âncora		
	Centralizador			Cânula		
	Restritor de Cimento			Fio de Kirschner		
Joelho	Componente Femoral			Fio de Steinmann		
	Inserto Tibial			Fio de Cerclagem		
	Base Tibial			Grampo de Blount		
	Componente PatelaR			Placa Bloqueada 3,5 ()		
	Steri Drape			Placa Bloqueada 4,5 ()		
	Cimento Ortopédico			Placa Titânio () ()		
	Kit Cimentação			Placa Pedus		

ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS

PARAFUSO CORTICAL ____ MM	Nº	QTD	PARAFUSO TITANIO CORTICAL ____ MM	Nº	QTD
PARAFUSO CORTICAL 3,5MM	Nº	QTD	PARAFUSO TITANIO CORTICAL ____ MM	Nº	QTD
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0MM	Nº	QTD	PARAFUSO TITANIO BLOQUEADO ____ MM	Nº	QTD
PARAFUSO CORTICAL 4,5MM	Nº	QTD	PARAFUSO TITANIO BLOQUEADO ____ MM	Nº	QTD
PARAFUSO MALEOLAR 4,5MM	Nº	QTD	PARAFUSO <input type="checkbox"/> AÇO <input type="checkbox"/> TIT. CANULADO 3,5	Nº	QTD
PARAFUSO ESPONJ. R/16 CURTA	Nº	QTD	PARAFUSO <input type="checkbox"/> AÇO <input type="checkbox"/> TIT. CANULADO 4,5	Nº	QTD
PARAFUSO ESPONJ. R/32 LONGA	Nº	QTD	PARAFUSO <input type="checkbox"/> AÇO <input type="checkbox"/> TIT. CANULADO R/16	Nº	QTD
PARAFUSO TIPO HERBERT	Nº	QTD	PARAFUSO <input type="checkbox"/> AÇO <input type="checkbox"/> TIT. CANULADO R/32	Nº	QTD

INSTR. CIRCULANTE 21090

Nº DO PEDIDO _____

Nota de Medc./Mat. Sala de Cirurgia

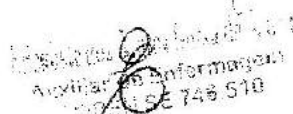
Data 08/05/15 Hora Início — Fim — Classe Seu

Nome do Paciente Elisângela dos Santos

Operação Fratura do Planalto Tibial E

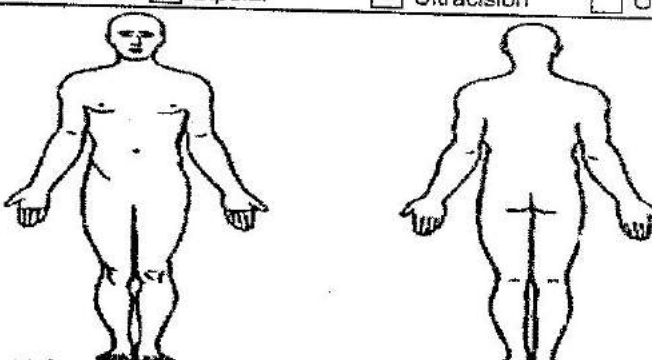
Médico Dr. Adeline Anestesia Raqui

Mat. Cirúrgico	Total	Preço	Medicamento	Total	Preço
Catgut Simples	—		SR2	1000ml	
Catgut Cromado <u>2 cat</u>	02		SFO 9%	500ml	
Fio de Seda	—		neocima pesada	01	
Mononylon <u>0 AG</u>	02		Xylestén 1%	01	
Laminas <u>nº 21</u>	01		Mormonid	01	
Gesso	—		Keplin	01	
Ataduras	03		Progenid	01	
Sonda	—				
Oxigênio	—				
Gase <u>simples 01</u> <u>algodão</u>	02 070				
Alc. Alc. Mert <u>alcol</u>	50ml				
Eter <u>Polidine</u>	50ml				
Luvas	03 pares				
Conj. Surgine	—				
Equipo <u>macro</u>	01				
Escalpe	—				
Esparadrapo	20cm				
Compressa	05				
Outros <u>seringas</u>	04				
<u>eletrodos</u>	03				
Ag. Raqui <u>26</u>	01				


Assinatura do Responsável

Hora	Registros de Enfermagem	Procedimentos	Quant.
	01/11/1974 - 14:00 horas - 24.35	Aspiração orotraqueal	
20:25H	Ex. de 14:00 a 14:30 (14:30 a 15:00)	Balanco Hídrico	
	Ex. de 14:30 a 15:00 (15:00 a 15:30)	Biopsia hepática	
23:14	Ex. de 15:30 a 16:00 (16:00 a 16:30)	Cateterismo vesical	
	Ex. de 16:00 a 16:30 (16:30 a 17:00)	Curativo comum	
23:48	Ex. de 17:00 a 17:30 (17:30 a 18:00)	Curativo especial	
	Ex. de 17:30 a 18:00 (18:00 a 18:30)	Curativo queimado	
	Ex. de 18:00 a 18:30 (18:30 a 19:00)	Dissecção venosa	
23:57	Ex. de 19:00 a 19:30 (19:30 a 20:00)	Higiene oral	
	Ex. de 19:30 a 20:00 (20:00 a 20:30)	Infravermelho	
00:12	Ex. de 20:00 a 20:30 (20:30 a 21:00)	Instalação de Soroterapia	
	Ex. de 20:30 a 21:00 (21:00 a 21:30)	Intubação traqueal	
	Ex. de 21:00 a 21:30 (21:30 a 22:00)	Lavagem gástrica	
07:00	Paciente encontra-se no leito calmo, consciente, orientado, apnéico, normotenso, eupneico, ventilação, saturação de oxigênio - 95%.	Lavagem intestinal	
		Lavagem vesical	
		Nebulização	
		Paracentese	
		Punção lombar	
08:40	Paciente senta-se no leito, realizando exercícios com o braço direito e pernas fisiológicas.	Punção pleural	
		Punção venosa scalp	
		Toracocentese	
09:05	Paciente sem dor de altura respiratória.	Traqueostomia	
		Tricotomia	
		Troca de fralda	

SISTEMA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERI-OPERATÓRIA
TRANS-OPERATÓRIO

NOME: <u>Guaranga dos Santos</u>		PRONTUÁRIO: <u>116342</u>									
RECEBIDO NA S.O. POR: <u>Elevalte</u>		DATA: <u>08/05/15</u> SALAS: <u>02</u>									
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA: <input checked="" type="checkbox"/> Acordado <input type="checkbox"/> Sonolento <input type="checkbox"/> Agitado <input type="checkbox"/> Comatoso <input type="checkbox"/> Outros:											
CIRCULANTE: <u>Elevalte</u>											
ENTRADA S.O. _____ hs	INÍCIO DA ANESTESIA _____ hs	INÍCIO DA CIRURGIA _____ hs									
FIM DA CIRURGIA _____ hs	FIM DA ANESTESIA _____ hs	SAÍDA DA S.O.: _____ hs									
CIRURGIÃO: <u>Dra. Adeline</u>		1º AUXILIAR									
ANESTESISTA: <u>Dra. Eleomenes</u>		2º AUXILIAR									
INSTRUMENTADOR: <u>Nelly Rose</u>		3º AUXILIAR									
CIRURGIA PROPOSTA: <u>Fratura do Plavil</u>		4º PEDIATRIA									
CIRURGIA REALIZADA: <u>to tilvri</u>											
TÉCNICA ANESTÉSICA											
<input type="checkbox"/> Geral venosa	<input type="checkbox"/> Peridural sem cateter	<input type="checkbox"/> Bloqueio	<input type="checkbox"/> Sedação + local								
<input type="checkbox"/> Geral inalatória	<input type="checkbox"/> Peridural com cateter	<input type="checkbox"/> Sadação	<input type="checkbox"/> Bloqueio + local								
<input type="checkbox"/> Geral combinada	<input checked="" type="checkbox"/> Raquianestesia	<input type="checkbox"/> Local	<input type="checkbox"/> Bloqueio + sedação								
<input type="checkbox"/> Tubo endotraqueal nº _____ <input type="checkbox"/> Sem cuff <input type="checkbox"/> Tubo aramado nº _____ Outros: <u>02/02</u> <input type="checkbox"/> Tubo endo brônquica nº _____ <input type="checkbox"/> Com cuff <input type="checkbox"/> Máscara laríngea nº _____											
ASSEPSIA											
<input checked="" type="checkbox"/> PVPI Tópico	<input type="checkbox"/> PVPI Alcoólico	<input type="checkbox"/> Clorexidina Degermante									
<input type="checkbox"/> PVPI Degermante	<input type="checkbox"/> Clorexidina Alcoólica	<input type="checkbox"/> Outros									
EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS UTILIZADOS											
<input type="checkbox"/> Bomba de infusão	<input type="checkbox"/> Desfibrilador	<input type="checkbox"/> Intensificador de imagem	<input type="checkbox"/> Monitor cerebral (BIS) <input type="checkbox"/> PAN								
<input type="checkbox"/> Capnógrafo	<input type="checkbox"/> Fibroscópio	<input type="checkbox"/> Manta térmica	<input checked="" type="checkbox"/> Monitor cardíaco <input type="checkbox"/> PI (invasiva)								
<input type="checkbox"/> Caterter PIC	<input checked="" type="checkbox"/> Foco auxillar	<input type="checkbox"/> Microscópio	<input checked="" type="checkbox"/> Oxímetro <input type="checkbox"/> Videolaparoscópio								
<input type="checkbox"/> CEC	<input checked="" type="checkbox"/> Fonte de luz	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Videohisteroscópio								
COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS											
<input type="checkbox"/> Cabeça	<input type="checkbox"/> MSD	<input type="checkbox"/> MSE	<input type="checkbox"/> MIE <input type="checkbox"/> MID <input type="checkbox"/> Calcanhar								
BISTURI ELÉTRICO											
<input type="checkbox"/> Monopolar	<input type="checkbox"/> Bipolar	<input type="checkbox"/> Ultracision	<input type="checkbox"/> Outros:								
		Placa bisturi <input type="checkbox"/> Eletrodos <input checked="" type="checkbox"/> Garrote pneumático <input type="checkbox"/> Cicatríz <input type="checkbox"/> AVP <input type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> AVC <input type="checkbox"/>	COMPRESSAS GRANDES <table border="1"> <tr> <th>Entregue</th> <th>Devolvida</th> </tr> <tr> <td><u>05</u></td> <td><u>05</u></td> </tr> </table> PEQUENAS <table border="1"> <tr> <th>Entregue</th> <th>Devolvida</th> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </table>	Entregue	Devolvida	<u>05</u>	<u>05</u>	Entregue	Devolvida		
Entregue	Devolvida										
<u>05</u>	<u>05</u>										
Entregue	Devolvida										
POSIÇÃO DO PACIENTE											
<input checked="" type="checkbox"/> Dorsal	<input type="checkbox"/> Ventral	<input type="checkbox"/> Ginecológica	<input type="checkbox"/> Lobotomia <input type="checkbox"/> Semi-ginecológico								
<input type="checkbox"/> Lateral D	<input type="checkbox"/> Lateral E	<input type="checkbox"/> Outras									
SONDAS / DRENOS E CANULAS											
<input type="checkbox"/> SNG nº _____	<input type="checkbox"/> SNE nº _____	<input type="checkbox"/> Fouchet nº _____	<input type="checkbox"/> Dreno sucção nº _____ <input type="checkbox"/> Dreno Tórax nº _____								
<input type="checkbox"/> Guedel nº _____	<input type="checkbox"/> Cânula Traqueostomia nº _____	<input type="checkbox"/> Dreno Kher nº _____	<input type="checkbox"/> Dreno Pizzer nº _____								
<input type="checkbox"/> Passagem Sanda de Foley <input type="checkbox"/> Sem restrição <input type="checkbox"/> Com restrição											
<input type="checkbox"/> Foley <input type="checkbox"/> Folley silicone <input type="checkbox"/> Folley látex <input type="checkbox"/> Sonda Netaton nº _____											
Passada por: _____											
Coren: _____											

Leito: _____
 Nome: Elegangela dos Santos
 Pós-operatório _____
 Admissão na srpa às _____ hs
 Data: 08/05/15
 1. Recebido Pós-cirurgia Frat. do Placenta Tbilial

2. Tipo de Anestesia Raqui
 3. Em uso de:
 SNG ☐ MONITORIZAÇÃO ☒
 SV ☐ OXIMETRO ☒
 DRENOS ☐ MONITOR ☒
 TRAQUEOSTOMA ☐ VENTILADOR ☐
 CAPNOGRAFO ☐

Hidratação Venosa: Central ☐ PAM ☐
 Parâmetro ☒
 6. Incisão Cirúrgica: Limpa ☒ Úmida ☐

SINAIS VITAIS									
HORAS	PARÂMETROS								
T									
P	72							73	
R									
SAT ²	99%							99%	
PA	116 x 73							117 x 83	

DATA: 1/1
 HORA: _____
 ALTA ASSINADA: ☐ ALTA
 ENCAMINHADA PARA: ☐ UNIDADE ORIGEM ☐ UTI ☐

ÍNDICE DE ALDRETE-KROULIK

MINUTOS	0	30	60	120	180
RESPIRAÇÃO					
CIRCULAÇÃO					
SAT.O ²					
ATV. MUSC.					
CONSCIÊNCIA					
I.A.K.					

AValiação DO ÍNDICE ALDRETE-KROULIK

RESPIRAÇÃO:
 2 - Apto respirar profundo e tossir
 1 - Dispneia ou respiração limitada
 0 - Aprêlia

CIRCULAÇÃO:
 2 - PA mais ou menos 20 valor Pré-Anestésico
 1 - PA mais ou menos 25 a 50 valor Pré-Anestésico
 0 - PA mais ou menos 50 valor Pré-Anestésico

SAT.O²: 2 - >92% S/O CONSC. 2 - Desperto totalmente
 1 - >90% C/O 1 - Desperto ao chamar
 0 - >90% C/O 0 - Não responde a estímulo auditivos

ATIVIDADE MUSCULAR:
 2 - Apto a mover 4 extremidades
 1 - Apto a mover 2 extremidades
 0 - Apto a mover 0 extremidades

PRONT. CONTEUDO:
 RX: _____ ECO: _____
 OUTROS: _____ OUTROS: _____
 TOMO: _____ PERTENCES: _____
 RNM: _____
 MAMOGRAFIA: _____
 ULTRASSONOGRAFIA: _____
 EXLAB: _____
 FOG: _____

Ass. ENF. / AUX. ENF.
Recebi 08/05/15

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

Nome: Elizabete dos Santos
Data: 04/06/95 Leito: SE Idade: 29 Data de Nascimento: 13/10/1985

Registro de Sinais Vitais

Hora	T (C°)	R (Mov./Min)	P (Bat./Min.)	PA	ASSINATURA
07:00	36,2	20-1-	70 B/—	112/80-4	<i>[Signature]</i>
				120x70	<i>[Signature]</i>
				110x70	<i>[Signature]</i>

Hora	Registros de Enfermagem	Procedimentos	Quant.
07:00	Paciente admitida às 16:25 para	Aspiração orotraqueal	
08:00	Submetido à cirurgia	Balço Hídrico	
08:00	Exame cirúrgico	Biopsia hepática	
	PA= 110x80 mmHg	Cateterismo vesical	
	Realizado RX. de abdômen	Curativo comum	
	Apresenta a dieta	Curativo especial	
22:00	Paciente com a seguinte	Curativo queimado	
	condição de saúde	Dissecção venosa	
	devido a defeito de sutura	Higiene oral	
	apresentando a seguinte	Infravermelho	
	condição de saúde	Instalação de Soroterapia	
22:00	Paciente com a seguinte	Intubação traqueal	
	condição de saúde	Lavagem gástrica	
	devido a defeito de sutura	Lavagem intestinal	
	apresentando a seguinte	Lavagem vesical	
	condição de saúde	Nebulização	
22:00	PA= 110/80-4	Paracentese	
	(Manual 2235 24)	Punção lombar	
07:00	Paciente encontra-se no quarto em deambulação	Punção pleural	
	dorsal e com a seguinte condição de saúde	Punção venosa scalp	
	apresentando a seguinte	Toracocentese	
08:00	Encaminhada para o C.C. para submetido	Traqueostomia	
	à cirurgia, calma, consciente,	Traqueostomia	
	apresentando a seguinte	Traqueostomia	
10:00	Paciente encontra-se no C.C. após	Traqueostomia	
	realização da cirurgia, apresentando a seguinte	Traqueostomia	
	condição de saúde, apresentando a seguinte	Traqueostomia	

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190302245 **Vítima: ELIZANGELA DOS SANTOS**

Data do Acidente: 19/04/2015 **Cobertura: INVALIDEZ**

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ELIZANGELA DOS SANTOS

Após a análise do seu pedido do Seguro DPVAT, verificamos a existência de irregularidades.

Por essa razão, o seu pedido foi negado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00469/00470 - carta_13 - INVALIDEZ



Carta nº 14295079



201914000459

PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****Guia de Recolhimento - Custas Iniciais - Cível****Comarca de Indiaroba****Data:** 17/05/2019**Num. Guia:** 201914000459

Valor da Causa:	R\$ 9.450,00
Valor das Custas:	R\$ 324,08
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 141,75
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,84
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 26,46
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 512,13

Guia Válida até 06/06/2019

Via - Cartório

Autenticação Mecânica



201914000459

PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****Guia de Recolhimento - Custas Iniciais - Cível****Comarca de Indiaroba****Data:** 17/05/2019**Num. Guia:** 201914000459

Valor da Causa:	R\$ 9.450,00
Valor das Custas:	R\$ 324,08
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 141,75
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,84
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 26,46
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 512,13

Guia Válida até 06/06/2019

Via - Parte

Autenticação Mecânica

856000000054 121301560128 019140004599 201906060003



PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****Guia de Recolhimento - Custas Iniciais - Cível****Comarca de Indiaroba****Data:** 17/05/2019**Num. Guia:** 201914000459

Valor da Causa:	R\$ 9.450,00
Valor das Custas:	R\$ 324,08
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 141,75
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,84
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 26,46
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 512,13

Guia Válida até 06/06/2019

Via - Banco

Autenticação Mecânica



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201987200302

DATA:

20/05/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201987200302

DATA:

15/08/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Em conformidade com o art. 98, do CPC, A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Outrossim, vaticina o referido código de ritos, no §2º, do seu art. 99, que O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos(...)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Santa Luzia do Itanhhy**

Nº Processo 201987200302 - Número Único: 0000269-65.2019.8.25.0078

Autor: ELIZANGELA DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Em conformidade com o art. 98, do CPC, "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei."

Outrossim, vaticina o referido código de ritos, no §2º, do seu art. 99, que "O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos."

Na espécie, tenho que não há, nos autos, "elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade", mormente em se considerando que, à p. 23 há indicação de que a parte demandante é cadastrada, junto à concessionária de energia elétrica, como consumidora "Residencial Baixa Renda", assim, defiro o beneplácito da Justiça Gratuita.

Do compulsar dos autos, mormente da exordial, verifica-se manifesta informação da parte autora pelo desinteresse na designação de audiência de conciliação.

Assim, considerando que a composição só se revela possível com uma comunhão de desígnios em tal sentido, deixo, neste momento inicial, de designar audiência de conciliação, sem prejuízo de sua realização, a qualquer tempo, ante o que prevê o art. 139, inciso V, do CPC.

Cite-se a parte demandada para apresentar a peça de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, CPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, CPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **ICARO TAVARES CARDOSO DE OLIVEIRA BEZERRA, Juiz(a) de Santa Luzia do Itanhy**, em 15/08/2019, às 10:14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002055891-71**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201987200302

DATA:

23/08/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Isenção de Custas realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: THAYLA JAMILLE PAES VILA - 1193}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA LUZI A DO ITANHY/SE

Processo n. 201987200302

ELIZANGELA DOS SANTOS, Parte já qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA** que move em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, vem *mui* respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados signatários, em atenção ao r. despacho (fl.), apresentar manifestação nos seguintes termos:

É importante ressaltar que a Parte autora necessita da **ASSISTÊNCIA DA JUSTIÇA GRATUITA** e para tanto junta sua declaração de rendimento, bem como a carteira de trabalho, verifica-se por meio dessas que a Parte se encontra desempregada, assim não possui renda.

Deste modo, vem a Parte Autora, através de seu patrono, requerer que seja concedido o benefício da justiça gratuita, pois se assim não for, a mesma não poderá dar prosseguimento na demanda, já que não possui condições financeiras de recolher às custas do processo e arcar com ônus sucumbenciais.

De outra parte, a gratuidade da justiça é instituto de pleno alcance social e diz respeito à garantia do acesso à justiça, de modo que, por ser instituto nobre, que não pode ser visto ou aplicado com avareza.

Neste sentido, nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovida de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Nesta consoante os Tribunais Pátrios têm decidido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA - POSSIBILIDADE - NECESSIDADE COMPROVADA - SIMPLES DECLARAÇÃO - RECURSO PROVIDO. Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação da sua pobreza, até prova em contrário. A gratuidade da Justiça, sendo um direito subjetivo público outorgado pela Lei n.º 1.060/1950 e pela Constituição Federal, deve ser ampla, abrange todos aqueles que comprovarem sua insuficiência de recursos, não importando ser pessoa física ou jurídica. (TJMS, Agravo de Instrumento n.º 2003.009824-0, Órgão Julgador 3ª Turma, Rel. Des. Hamilton Carli, Julgado em 10 de novembro de 2003, DJMS de 17 de novembro de 2003).

Portanto, é admissível e necessário a concessão da justiça gratuita ao presente

caso à Parte Autora, de modo a garantir o seu direito constitucional de acesso à justiça.

Assim sendo, é suficiente, portanto, a declaração afirmando ser a Parte é economicamente impossibilitada de arcar com os custos de um processo, bem como com honorários advocatícios, sem que haja considerável prejuízo financeiro para si, o que, por si só, traz a presunção de que a Parte Autora se encontra no estado de hipossuficiência econômica.

No entendimento do art. 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil, que sustenta a tese do livre acesso ao judiciário, fica à pessoa jurídica respaldada com os benefícios da assistência judiciária gratuita, pois, o referido instituto não restringe o direito de acesso à justiça às pessoas jurídicas.

Art. 5º XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

De qualquer modo, saliente-se que cabe à Parte Adversa, em qualquer fase da lide, requerer a revogação do benefício, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão.

Assim, preenchida a exigência legal, resta ao Judiciário conceder prontamente a justiça gratuita, nesse sentido vem sendo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, veja-se:

PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA À PESSOA FÍSICA, BASTA A SIMPLES AFIRMAÇÃO DA PARTES DE SUA POBREZA, ATÉ PROVA EM CONTRÁRIO” (STJ; REsp. 386.684/MG; Recurso Especial 2001/0167610-0; Relator: Ministro José Delgado; DJ 25.03.2002, p. 211)

PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR - REQUISITOS - COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA - PRECLUSÃO.

Presentes os requisitos autorizadores, o Superior Tribunal de Justiça tem concedido medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso especial. Para concessão do benefício da justiça gratuita, é suficiente a simples alegação do requerente de que sua situação econômica não permite pagar as custas processuais e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. A assistência judiciária pode ser

requerida em qualquer fase do processo. Inexistindo recurso da decisão concessiva da liminar, ocorre a preclusão, restando definitivamente decidido que estão presentes os requisitos da aparência do bom direito e do perigo na demora. Medida cautelar procedente” (STJ; MC 2822/SP; Medida Cautelar 2000/0049208-6; Relator: Ministro Garcia Vieira; DJ de 05.03.2001, p. 130).

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, em sua obra Curso de Direito Processual Civil, vol. I, 11ª ed., Rio de Janeiro, Forense, p. 98-99, ao dissertar sobre a assistência judiciária, elucida que:

Como regra geral, a parte tem o ônus de custear as despesas das atividades processuais, antecipando-lhe o respectivo pagamento, à medida que o processo realiza sua marcha. Exigir, porém, esse ônus, como pressuposto indeclinável de acesso ao processo, seria privar os economicamente fracos da tutela jurisdicional do Estado.

(...)

Necessitado, para o legislador, não é apenas o miserável, mas, sim, 'todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família' (artigo 2º, parágrafo único, da Lei 1.060/50).

(...)

Admite a Lei 1.060/50 a revogação dos benefícios da assistência pelo Juiz da causa, por provocação da parte contrária ou ex officio. Também o procedimento de revogação corre em apartado e não causa prejuízo à marcha do processo principal (artigos 7º e 8º).

Assim, requer que seja reconhecido que a Parte Autora faz jus à justiça gratuita, visto que a Lei n. 13.105/15 não faz ressalvas contrárias, sendo certo ainda que firmou declaração de pobreza, bem como juntou documentos aptos para comprovar sua condição hipossuficiente.

Conforme verifica-se por alguns julgados nesse sentido:

Apelação Cível – Ordinário – 2001.004906-9 – Chapadão do Sul

Relator – Exmo. Sr. Des. João Maria Lós

Apelante – Ervino Valdemar Schultz

Apelante – Ervino Raimundo Schultz

Advogado – Flávio Teixeira Sanches

Apelado – Banco do Brasil S/A

Advogado – Wilson Pinheiro

EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL – IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ART. 5º, LXXIV, DA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART. 4º DA LEI 1.060/50 – RECURSO IMPROVIDO.

Para se valer dos benefícios da assistência judiciária basta a simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os juizes da Quarta Turma Cível do Tribunal de Justiça, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigraficas, dar provimento ao recurso, nos termo do voto do relator. Unanime.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECLARAÇÃO DE POBREZA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – Prova da Condição econômica suficiente. Necessidade. **Para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, basta a declaração pessoal de pobreza da parte, para presumir-se verdadeira a alegação do estado de insuficiência econômica. Tal posicionamento é norteado pelo princípio de que deve a lei facilitar o acesso do povo a justiça.** Recurso provido. (TJRS – AI 70000274563 – (00334333) – 2ª C.Cív. – Relª Desª Teresinha de Oliveira Silva – J. 15.12.1999)

Por derradeiro, não é o simples fato da Parte Autora ter contratado advogado particular na demanda, que a impeça de gozar da assistência judiciária gratuita, dada a existência de contrato *ad exitum*.

VOTO Nº: 007896

AGRV.Nº: 0242904-71.2011.8.26.0000

COMARCA: ARAÇATUBA (5ª VARA CÍVEL)

AGTE.: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA

AGDO.: LUCIANO DOS SANTOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO JUSTIÇA GRATUITA

PESSOA JURÍDICA POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO.

A Recorrente preenche os requisitos autorizadores da concessão dos benefícios da gratuidade de Justiça. DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO.

Trata-se de recurso de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA nos autos da “AÇÃO MONITÓRIA” que move em face de LUCIANO DOS SANTOS, cujo pedido de gratuidade de justiça foi indeferido, nos moldes da r. decisão monocrática de fl. 15, da lavra da Eminent Magistrado ANTONIO CONEHERO JÚNIOR.

Irresignada, a Agravante recorre, alegando, em síntese, que faz jus à assistência judiciária, conforme demonstram os “...documentos

acostados com a inicial, em especial ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (fls. 61) e, os de fls. 13/49, Estatuto da Entidade, onde no Título I (Fins, Duração, Sede, Manutenção e Constituição), Capítulo I (Fins, Duração e Sede), ficou instituído no Artigo 1º a sua finalidade (fls. 13)”; e também o fato de que possui um déficit de R\$ 5.998.329,95 (fls. 02/14).

Anoto que o recurso não foi preparado e foi instruído com as peças obrigatórias e facultativas (fls. 15/91). Às fls. 93/94, foi concedido efeito suspensivo ao recurso, dispensadas as informações do Juízo a quo, bem como a intimação do Agravado para o oferecimento de contrarrazões, uma vez que o mesmo ainda não integrava a relação processual.

É o relatório.

Inicialmente, embora ausente o preparo, conheço do presente recurso, visto que a discussão travada trata-se de concessão do benefício da gratuidade de Justiça.

Respeitado o entendimento do Ilustre Magistrado a quo, a r. decisão monocrática merece reforma. Com efeito, com o advento da Carta da República de 1988, o art. 5º, inc. LXXIV, vê-se que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (grifei). Tal dispositivo também encontra guarida na Lei de Assistência Judiciária (arts. 2º e 4º).

Neste diapasão, cumpre destacar o posicionamento mais abalizado do Superior Tribunal de Justiça, que admite a concessão da gratuidade processual à pessoa jurídica:

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - PESSOA JURÍDICA - BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. A pessoa jurídica pode desfrutar dos benefícios da assistência judiciária, contanto que demonstre a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo da própria manutenção. Precedentes. Agravo regimental improvido. (STJ; AgRg no Ag 881170/SP; 3ª Turma; Rel. Min. SIDNEI BENETI; DJe 30/09/2008) (Grifei) **PROCESSUAL CIVIL ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA PESSOA JURÍDICA NÃO COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DA EMPRESA.** 1. Esta Corte tem entendido ser possível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita a pessoa jurídica, desde que esteja comprovado não ter condições de suportar os encargos do processo. 2. Agravo regimental não provido. (STJ; AgRg no Ag 1022813/MG; 2ª Turma; Rel. Min. ELIANA CALMON; DJe 02/09/2008) (Grifei)

Em suma, “a assistência judiciária não é incompatível com a pessoa jurídica porque nem a Constituição Federal nem a Lei nº 1.060/50 a excluem do campo de aplicação do citado benefício” (TJSP, Agravo de Instrumento n. 855.465-5/0-00, 9ª Câ. de Direito Público, Rel. Des.

DÉCIO NOTARANGELI, j. em 17.12.08, v.u.). (Grifei)

No caso vertente, restou, cabalmente, demonstrado nos autos a condição de hipossuficiência da Agravante. De fato, a Agravante trouxe aos autos prova de que é associação beneficente, filantrópica, que não distribui resultados, dividendo, bonificações ou parcela de seu patrimônio; registrada no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social); e que, além disso, se propõe ao exercício da caridade (fls. 26/91).

Assim, “Inexistindo dúvida de que a agravante é entidade de benemerência, reconhecida pelos Poderes Públicos (...) exercente de atividade filantrópica, dedica-se a atendimento à população carente e notoriamente experimenta os reveses da insuficiência de receitas, o caso é de acolhimento da postulação isencional”. (TJSP, Agravo de Instrumento n. 0190066-54.2011.8.26.0000, 20ª Câmara de Direito Privado, Rel. Correia Lima, j. em 05/09/2011). (grifei)

Nesse sentido, é a jurisprudência deste Egrégio Tribunal, em casos que envolvem a própria agravante:

Justiça Gratuita. Pessoa jurídica. Entidade Filantrópica. Comprovação nos autos. Possibilidade de concessão da gratuidade a empresa sem fins lucrativos. Agravo provido (TJSP, Agravo de Instrumento n. 0113981-27.2011.8.26.0000, 38ª Câmara de Direito Privado, Rel. FERNANDO SASTRE REDONDO, j. em 17/08/2011). (grifei) JUSTIÇA GRATUITA Santa Casa de Misericórdia - Miserabilidade presumida - Entidade sem fins lucrativos - Recurso provido (TJSP, Agravo de Instrumento n. 0098912- 52.2011.8.26.0000, 21ª Câmara de Direito Privado, Rel. SILVEIRA PAULO, j. em 29/06/2011). (grifei) ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. IMPUGNAÇÃO. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA - PROCEDÊNCIA. IRRAZOABILIDADE. PRIMEIRO, O IMPUGNANTE NÃO FEZ NENHUMA PROVA DA INEXISTÊNCIA OU DESAPARECIMENTO DOS REQUISITOS ESSENCIAIS À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ADEMAIS HOVE EQUÍVOCO DO MAGISTRADO NA INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO DO BALANÇO DA IMPUGNADA, QUE APRESENTOU DÉFICIT ELEVADO, E NÃO SUPERÁVIT. ALÉM DISSO, A IMPUGNADA É UMA ASSOCIAÇÃO DE BENEMERÊNCIA, SEM FINS LUCRATIVOS, QUE LUTA COM EXTREMA DIFICULDADE FINANCEIRA, COMO É DO CONHECIMENTO PÚBLICO. SENTENÇA REFORMADA. IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO PROVIDO (TJSP, Apelação Com Revisão 9161678-95.2005.8.26.0000, 18ª Câmara de Direito Privado, Jurandir de Sousa Oliveira, j. em 16/02/2006). (grifei)

Por conseguinte, a r. decisão recorrida deve ser reformada, uma vez que a Agravante preenche os requisitos autorizadores da concessão dos

benefícios da gratuidade de Justiça.
Ante o exposto, dou provimento ao recurso.
EDUARDO SIQUEIRA
Desembargador Relator

III – CONCLUSÃO

Ex positis, entende a Parte Recorrente ter demonstrado cristalinamente a presença do *periculum in mora* - já que se não for deferido o benefício à mesma, esta não terá condições de arcar com o pagamento das custas processuais, o que ocasionará a extinção de seu direito a pleitear frente a justiça o recebimento dos valores que possui crédito pelo suor de seu rosto, posto que para o deferimento da justiça gratuita basta a simples declaração de pobreza, até prova em contrário, ensejando, portanto, a presente manifestação requerendo a assistência judiciária gratuita.

Por tais razões, reitera-se o pedido referente à concessão do BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, por não ter a Parte Autora condições de arcar com as custas processuais sem o prejuízo próprio.

Por fim, requer que todas as intimações e publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da advogada **THAYLA JAMILLE PAES VILA – OAB/SE 1.193 A**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Nestes termos, em que pede deferimento.
Campo Grande – MS, 23 de agosto de 2019.

Thayla Jamilyle Paes Vila
OAB/SE 1.193 A

Thayla Jamilyle Paes Vila
OAB/MS 16.317

Arthur Andrade Francisco
OAB/MS 16.303

Rafael Coldibelli Francisco Filho
OAB/MS 15.878

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO

Eu, Elizangela dos Santos,
portador (a) do RG 3.15883/82 e CPF 023.870.75-78, residente na Rua/Avenida
POV FEIRINHA,
nº 05, (complemento) CASA, Bairro
ZONA RURAL, no Município de SANTA LUZIA, Estado do (e)
SERGIPE. Trabalho como trabalhador autônomo Desempregada sem
vínculo empregatício de carteira assinada há nunca. Realizo atividades no ramo
Sem vínculo obtendo uma renda média mensal em torno de
R\$ Sem renda).

Declaro ainda que o valor da renda acima informado é verdadeiro, estando eu ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes podem resultar em processo contra mim penalmente, como crime de falsidade ideológica, art.299 do Código Penal Brasileiro, e/ou civilmente, com ressarcimento por prejuízo causado a terceiros. Portanto, autorizo a devida investigação e fiscalização para fins de averiguar e confirmar a informação declarada acima por mim.

Subscribo a presente declaração, em uma via, reconhecendo como verdadeiro seu conteúdo.

_____, de _____ de 2019.

Elizangela dos Santos
Assinatura do (a) Declarante

TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ESTA CARTEIRA CONTÉM 50 PÁGINAS NUMERADAS



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

200.51669.81-6

NÚMERO

4703720

SERIE

001-0

UF

SE

Elizângela dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



02

QUALIFICAÇÃO CIVIL

BRASILEIRO

NOME ELIZANGELA DOS SANTOS

LOC. DE NASC.

ESTÂNCIA - SE

FILIAÇÃO

JOSE RODRIGUES DOS SANTOS
MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS

DOC. APRESENTAÇÃO

RG 31558182 SSP SE

ESTADO CIVIL

SOLTEIRO

LEI Nº 491, DE 19 DE MARÇO DE 1966

RG 31558182

CPF: 023.870.705-78

LOCAL DA EMISSÃO

PAT - ESTÂNCIA

BRASÃO 27/08/2004

Assinatura do titular
Assinatura do emitente

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

Educação

DATA DE NASC. DE
DOCUMENTO

PARA

FUNDAMENTOS E CARREIRA DO TITULAR

NOME

DOCUMENTO

FUNDAMENTOS E CARREIRA DO TITULAR

NOME

DOCUMENTO

FUNDAMENTOS E CARREIRA DO TITULAR

NOME

DOCUMENTO

FUNDAMENTOS E CARREIRA DO TITULAR

LEGENDA

A - CANCELAMENTO | B - CANCELAMENTO | C - RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE | D - OUTRO RECONHECIMENTO
 E - SUPLENÇÃO DE DOCUMENTO | F - ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO | G - OUTRO RECONHECIMENTO



CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR _____
CDD/CPCH _____
ENDEREÇO _____
MUNICÍPIO _____ UF _____
ESP. DO ESTABELECIMENTO _____
CARGO _____
CBO Nº _____

DATA DE ADMISSÃO _____ DE _____ DE 19____
REGISTRO Nº _____ FLX / FICHA _____
REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA _____

1ª _____ 2ª _____

DATA DE SAÍDA _____ DE _____ DE 19____

1ª _____ 2ª _____

COM. DISPENSA CD Nº _____
FGTS Nº DA CONTA _____

07

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR _____
CDD/CPCH _____
ENDEREÇO _____
MUNICÍPIO _____ UF _____
ESP. DO ESTABELECIMENTO _____
CARGO _____
CBO Nº _____

DATA DE ADMISSÃO _____ DE _____ DE 19____
REGISTRO Nº _____ FLX / FICHA _____
REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA _____

1ª _____ 2ª _____

DATA DE SAÍDA _____ DE _____ DE 19____

1ª _____ 2ª _____

COM. DISPENSA CD Nº _____
FGTS Nº DA CONTA _____



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201987200302

DATA:

26/08/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201987200302

DATA:

27/08/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Do compulsar dos autos, verifica-se que em petição de fls. 46/53 a parte autora pleiteia a concessão do benefício da justiça gratuita, coligindo, inclusive, documentos que comprovam a hipossuficiência. No entanto, visualizo que no despacho de fl. 43, tal benefício já foi deferido, como é possível lê-se: ()tenho que não há, nos autos, elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, mormente em se considerando que, à p. 23 há indicação de que a parte demandante é cadastrada, junto à concessionária de energia elétrica, como consumidora Residencial Baixa Renda, assim, defiro o beneplácito da Justiça Gratuita. Assim, considerando que o benefício requerido já foi concedido, determino que se cumpra as determinações contidas à fl. 43. Providências de praxe.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Santa Luzia do Itanhy**

Nº Processo 201987200302 - Número Único: 0000269-65.2019.8.25.0078

Autor: ELIZANGELA DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Do compulsar dos autos, verifica-se que em petição de fls. 46/53 a parte autora pleiteia a concessão do benefício da justiça gratuita, coligindo, inclusive, documentos que comprovam a hipossuficiência. No entanto, visualizo que no despacho de fl. 43, tal benefício já foi deferido, como é possível lê-se: (...)tenho que não há, nos autos, "elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade", mormente em se considerando que, à p. 23 há indicação de que a parte demandante é cadastrada, junto à concessionária de energia elétrica, como consumidora "Residencial Baixa Renda", assim, defiro o beneplácito da Justiça Gratuita".

Assim, considerando que o beneficio requerido já foi concedido, determino que se cumpra as determinações contidas à fl. 43.

Providências de praxe.



Documento assinado eletronicamente por **ICARO TAVARES CARDOSO DE OLIVEIRA BEZERRA**, Juiz(a) de Santa Luzia do Itanhy, em 27/08/2019, às 11:12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002168014-66**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201987200302

DATA:

04/02/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi carta de citação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SANTA LUZIA DA COMARCA DE STA. LUZIA DO ITANHY
Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Sta. Luzia do Itanhy/SE, CEP 49230000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201987200302

DATA:

04/02/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202087200399 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Santa Luzia do Itanhy
Fórum de Indiaroba-Praça Gov. João Alves Filho, 87
Bairro - Centro Cidade - Indiaroba
Cep - 49250000 Telefone - 3543-1290

Normal(Justiça Gratuita)



202087200399

PROCESSO: 201987200302 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000269-65.2019.8.25.0078
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: ELIZANGELA DOS SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Em conformidade com o art. 98, do CPC, A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Outrossim, vaticina o referido código de ritos, no §2º, do seu art. 99, que O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos(...)

Atenciosamente,

Ilmoº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : RUA DA ASSEMBLEIA, 26 ANDAR, 100
Bairro : CENTRO
Cep : 20011904
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE ALMEIDA NUNES DE OLIVEIRA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Santa Luzia do Itanhy, em 04/02/2020, às 08:55:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000236474-80**.
